



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO Nº 043/2020**

**(Processo Administrativo nº 23086.012134/2020-28)**

**1. DO OBJETO**

1.1 Aquisição de materiais laboratoriais e químicos para atender a demanda da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e baterias para atender a demanda da Diretoria de Tecnologia da Informação da UFVJM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	Nº. PAC	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	VL UNIT.	VL TOTAL
1	6094	392725	GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR 4,00, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7.	LITRO	18	337,00	6066,00
2	6095	434019	ANTICORPO SECUNDÁRIO UNIVERSAL. KIT DE DETECÇÃO DE POLÍMERO HRP (HORSE RADISH PEROXIDASE). DEVE REAGIR COM ANTICORPO PRIMÁRIO DE RATO, CAMUNDONGO OU COELHO. DEVE REVELAR ANTÍGENOS QUE REAGIRAM COM O ANTICORPO PRIMÁRIO EM AMOSTRA DE CÉLULAS. DEVE REAGIR COM CROMÓGENO AEC. UTILIZADO PARA A IDENTIFICAÇÃO QUALITATIVA DE ANTÍGENOS ATRAVÉS DE MICROSCOPIA ÓPTICA E IMUNO-HISTOQUÍMICA EM TECIDOS IMPREGNADOS EM PARAFINA, TECIDOS EM CRIOSTATO OU PREPARAÇÕES CELULARES. PODEM SER UTILIZADOS TECIDOS PROCESSADOS EM DIVERSOS AGENTES DE FIXAÇÃO, COMO O ETANOL, B-5, FIXADOR DE BOUIN, FORMOL DE ZINCO E FORMOL NEUTRO TAMPONADO.	UNIDADE	1	5403,33	5403,33
3	6096	290267	CHÁ VERDE, SABOR NATURAL, DE 1ª QUALIDADE, EMBALADO EM CAIXA COM 15 SAQUINHOS INDIVIDUAIS, COM PESO LÍQUIDO TOTAL DE 24G, DEVENDO CONSTAR DAS EMBALAGENS DE FORMA LEGÍVEL, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, BEM COMO O NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	CAIXA	250	5,64	1410,00
4	6097	385617	TETRAZÓLIO, ASPECTO FÍSICO PÓ AMARELO ALARANJADO, PESO MOLECULAR 414,32, FÓRMULA QUÍMICA C18H16N5SBR (SAL BROMETO), GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 98%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 298-93-1. FRASCO CONTENDO 01 QUILOGRAMA.	FRASCO	1	604,49	604,49
5	6098	364983	DAB SUBSTRATO - CROMÓGENO (PEROXIDASE HORSE RADISH). ESPECIFICAÇÕES: O CROMÓGENO LÍQUIDO DAB IRÁ PRODUIR UMA COLORAÇÃO MARROM, DEVIDO A REAÇÃO COM A PEROXIDASE DO ANTÍGENO ALVO, QUANDO UTILIZADO EM COLORAÇÃO DE IMUNO HISTOQUÍMICA. O DAB É LARGAMENTE UTILIZADO NA COLORAÇÃO DE IMUNO HISTOQUÍMICA, DEVIDO A SUA ESTABILIDADE, PERMANÊNCIA NA COLORAÇÃO E FACILIDADE DE VISUALIZAÇÃO E USO. PARA APLICAÇÕES EM IMUNOHISTOQUÍMICA. CONTEÚDO: 1. CROMÓGENO (REAGENTE 1) 2. TAMPAO SUBSTRATO DAB (REAGENTE 2)	KIT	1	1979,45	1979,45
6	6099	376047	MEIO DE CULTURA, TIPO: CALDO LURIA BERTANI MILLER, ASPECTO FÍSICO: PÓ. FRASCO COM 500 GRAMAS.	FRASCO	1	448,62	448,62
7	6100	408696	PONTEIRA EM POLIPROPILENO PARA MICROPIPETA, VOLUME DE ATÉ 10 UL, PERFIL CURTA, LIVRE DE DNASE, RNASES E PIROGÊNICOS. EMBALAGEM COM 1000 UNIDADES	PACOTE	6	120,45	722,70
8	6101	422362	PLACA DE MICROTITULAÇÃO DE 96 POÇOS, FUNDO REDONDO OU EM 'U', COM TAMPA, ESTÉRIL, APIROGÊNICA/ LIVRE DE ENDOTOXINA, NÃO CITOTÓXICA, LIVRE DE DNASE/RNASE/DNA.	UNIDADE	100	6,91	691,00
9	6102	452837	PONTEIRA PARA MICROPIPETA EM POLIPORPILENO, VOLUME DE 10-100 UL, COM FILTRO, CAPACIDADE ATÉ 100 UL, LIVRE DE DNASE, RNASES E PIROGÊNICOS. EMBALAGEM COM 1000 UNIDADES.	UNIDADE	5	409,19	2045,95
10	6103	424761	CAIXA EM POLIPROPILENO PARA PONTEIRAS COM FILTRO DE ATÉ 100 UL DE VOLUME, TAMPA COM DOBRADIÇA. UNIDADE.	UNIDADE	4	19,50	78,00
11	6104	410801	PLACA 96 POÇOS PRA PCR, EM POLIPROPILENO (PP), FUNDO EM "V", ADICIONAL: COM MEIA BORDA; LIVRE DE DNASE, RNASE, PIROGÊNIOS, CORANTES E METAIS PESADOS. PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	4	342,67	1370,68
12	6105	397085	ÁGAR AGAR PURÍSSIMO. FRASCO COM 500G	FRASCO	1	172,67	172,67

13	6106	348685	TARTARATO DUPLO DE SÓDIO E POTÁSSIO PA. FRASCO DE 500G	FRASCO	2	31,56	63,12
14	6107	345906	ÁCIDO ACÉTICO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO LÍMPIDO TRANSPARENTE, PESO MOLECULAR 60,05, FÓRMULA QUÍMICA C <sub>2</sub> H <sub>4</sub> O <sub>2</sub> , GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99,7%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GLACIAL, REAGENTE P.A.-ACS-ISO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 64-19-7. FRASCO CONTENDO 1 LITRO. MATERIAL CONTROLADO PELA POLÍCIA FEDERAL. NCM: 29152100	LITRO	2	23,57	47,14
15	6108	441763	COMPOSTO QUÍMICO, COMPOSIÇÃO ALGINATO DE SÓDIO, APRESENTAÇÃO PÓ, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 9005-38-3. FRASCO COM 500 GRAMAS.	FRASCO	2	110,67	221,34
16	6109	302230	EXTRATO DE LEVEDURA, COMPOSIÇÃO CÉLULA VARIEDADE SACCHAROMYCES CEREVISIAE BAYANUS, ASPECTO FÍSICO PÓ GRANULADO, COR CREME, APLICAÇÃO FERMENTAÇÃO DE ESPUMANTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SECA ATIVA, EMBALADA A VÁCUO. FRASCO COM 500 GRAMAS.	FRASCO	1	106,40	106,40
17	6110	348073	CARVÃO ATIVADO, ASPECTO FÍSICO: PÓ PRETO, INODORO, PESO MOLECULAR: 12,01 G/MOL, FÓRMULA QUÍMICA: C, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 90%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7440-44-0	QUILOGRAMA	3	25,04	75,12
18	6111	347290	ÁCIDO SULFÚRICO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR, FUMEGANTE, VISCOSO, CRISTALINO, FÓRMULA QUÍMICA: H <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> , MASSA MOLECULAR: 98,09 G/MOL, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7664-93-9. FRASCO 1 LITRO	FRASCO	5	36,77	183,85
19	6112	390766	ÁLCOOL COMUM HIDRATADO, PARA LIMPEZA EM GERAL, ÁLCOOL ETÍLICO 92,8 GRAUS INPM 1000ML - USO GERAL.	LITRO	5	6,30	31,50
20	6113	360267	ÁCIDO 3,5 - DINITROSALICÍLICO - ASPECTO FÍSICO: PÓ BRANCO À AMARELO ESVERDEADO, INODORO, PESO MOLECULAR: 228,12 G/MOL, FÓRMULA QUÍMICA: C <sub>7</sub> H <sub>4</sub> N <sub>2</sub> O <sub>7</sub> , GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 98%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 609-99-4. FRASCO CONTENDO 100 GRAMAS.	FRASCO	1	251,33	251,33
21	6114	326351	MEIO DE CULTURA, TIPO ÁGAR EMB LEVINE (EOSINA AZUL DE METILENO), APRESENTAÇÃO PÓ. FRASCO COM 500 GRAMAS	FRASCO	1	264,33	264,33
22	6115	397085	VIOLET RED BILE GLUCOSE AGAR, FRASCO COM 500G	FRASCO	1	412,74	412,74
23	6116	328135	AGAROSE, ASPECTO FÍSICO PÓ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LIVRE DE DNASE E RNASE, RESISTÊNCIA MAIOR OU IGUAL A 1200 G/CM <sup>2</sup> (GEL A 1%). FRASCO CONTENDO 100 GRAMAS	FRASCO	1	460,97	460,97
24	6117	427658	LÂMPADA DE CATODO-OCO PARA AA, 2 PINOS, 37 MM, NÃO CODIFICADA; MULTIELEMENTOS: CA E MG	UNIDADE	1	3042,58	3042,58
25	6118	415870	LÂMPADA DE CATODO-OCO PARA AA, 2 PINOS, 37 MM, NÃO CODIFICADA; MULTIELEMENTOS: ZN/CU/FE/MN	UNIDADE	1	3349,36	3349,36
26	6119	406322	FITA BORDA, MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR: BRANCA, LARGURA: 22 MM, ESPESSURA: 1 MM, APLICAÇÃO: ACABAMENTO MÓVEIS, COMPRIMENTO: 50 M.	ROLO	11	21,96	241,56
27	6120	354354	FILME PLÁSTICO, TIPO: ULTRA VIOLETA, TRANSPARENTE, ESPESSURA: 150 MICRA, LARGURA: 10 M, APLICAÇÃO: CONFECÇÃO DE ESTUFA AGRÍCOLA. ROLO DE 60 METROS	ROLO	8	2041,63	16333,04
28	6121	290372	PLACA MADEIRA, TIPO: MDF, COMPRIMENTO: 2,75 M, LARGURA: 1,83 M, ESPESSURA: 15 MM, ACABAMENTO SUPERFICIAL: REVESTIMENTO EM LAMINADO MELAMINICO, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REVESTIDO EM DUAS FACES, SEM BORDAS.	UNIDADE	26	170,56	4434,56
29	6122	456198	PADRÃO REFERÊNCIA, TIPO 2: AFLATOXINA M1, APRESENTAÇÃO 2: EM ACETONITRILA, CONCENTRAÇÃO 2: 10 MCG/ML, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA 1: CAS 6795-23-9. UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA DE 1ML;	AMPOLA	1	1409,03	1409,03
30	937	131393	BATERIA CHUMBO ÁCIDA ESTACIONÁRIA SELADA PARA NO-BREAK, TIPO BATERIAS VRLA (REGULADA POR VÁLVULA), TENSÃO NOMINAL DE 12V E CAPACIDADE NOMINAL DE 17AH. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 7,3 X 17,7 X 16,6 CM. CONTAINER: MATERIAL ABS (UL 94-HB) COM RESISTÊNCIA À FLAMABILIDADE (UL94-V0) - TERMINAL: B1/B3-L - TENSÃO DE TRABALHO: 12 VDC (80 W) - QUANTIDADE DE CÉLULAS: 6 - CAPACIDADE DE CORRENTE: 17 AH COM TAXA DE 20 HORAS PARA 1,75 V POR CÉLULA EM 25°C - CORRENTE MÁXIMA DE DESCARGA: 230 A (POR 5 SEGUNDOS) - FLUTUAÇÃO DA TENSÃO DE CARGA: 13,5 ~ 13,8 VDC EM 25°C - EQUALIZAÇÃO E CICLO DE SERVIÇO: 14,4 ATÉ 15,0 VDC EM 25°C - AUTO DESCARGA: 6 MESES EM 25°C - RESISTÊNCIA INTERNA (APROXIMADA): 16 MΩ - CORRENTE MÁXIMA DE CARGA: 5.1 A. PESO APROXIMADO: 5.5 KG. MODELO REFERÊNCIA: CSB GP12170. GARANTIA: 12 MESES. <u>Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA n° 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA n° 08, de 03/09/2012.</u>	UNIDADE	128	284,54	36421,12
31	937	131393	BATERIA CHUMBO ÁCIDA ESTACIONÁRIA SELADA PARA NO-BREAK, TIPO TIPO BATERIAS VRLA (REGULADA POR VÁLVULA), TENSÃO NOMINAL DE 12 V E CAPACIDADE NOMINAL DE 09 AH. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 100X65X151MM (A X L X P). PESO APROXIMADO: 2,6 KG. CORRENTE MÁXIMA DE CARGA: 2.7 A. RESISTÊNCIA INTERNA (APROXIMADA): ATÉ 22 MΩ A 25°C E TOTALMENTE CARREGADA. DURAÇÃO DA CARGA: 20 HORAS (0.45A, 10.5V). MODELO REFERÊNCIA: MHB MS9-12. <u>Só será admitida a</u>	UNIDADE	252	93,22	23491,44

			<u>oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.</u>				
32	1749	231786	PILHA ALCALINA AA (PEQUENA), CARTELA COM 2 UNIDADES. <u>Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.</u>	CARTELA	40	5,48	219,20
VALOR TOTAL							R\$ 112.052,62

1.2 Os itens discriminados acima foram incluídos no PAC/2020, de acordo com o disposto no art. 5º, alínea I a IX, da IN nº 1, de 10 de Janeiro de 2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

1.3 Para os critérios de sustentabilidade devem ser considerados os produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível. A Assessoria de Meio Ambiente da UFVJM é responsável pela gestão dos resíduos e pela destinação ambientalmente adequada.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do instrumento de contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

## 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555 de 2000 e do Decreto nº 10.024 de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado.

4.2. As especificações e informações técnicas dos materiais são de responsabilidade dos requisitantes que poderão ser identificados através do relatório de itens constante no processo.

## 5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias corridos para produtos nacionais e no máximo 60 dias corridos para produtos importados, a partir do envio da Nota de Empenho ao Licitante, via e-mail, em remessa única, nos seguintes endereços e condições:

5.1.1. Os itens deverão ser entregues na **Divisão de Almoxarifado, Campus JK na cidade de Diamantina(MG)**, situado na Rodovia MGT 367 KM 583 nº 5000 Alto da Jacuba, no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:30 horas em dias úteis.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**6.1. São obrigações da Contratante:**

- 6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
- 7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 7.1.7. **Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:**
  - 7.1.7.1. **a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;**
  - 7.1.7.2. **b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;**
  - 7.1.7.3. **c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.**
- 7.1.8. **Assessoria de Meio Ambiente da UFVJM é responsável pela gestão dos resíduos e pela destinação ambientalmente adequada.**

**8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. Não será admitida subcontratação do objeto licitatório.

**9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

			I = 0,00016438
--	--	--	----------------

I = (TX)	I =	$\left( \frac{6}{100} \right)$	TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

## 12. DO REAJUSTE

- 12.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.5. cometer fraude fiscal;
- 13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 13.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 13.2.2. multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 13.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 13.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
- 13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

- 13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 14.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 112.052,62.
- 14.2. **Os preços referenciais desta contratação foram apurados a partir da realização de pesquisas de preços, com base na utilização dos parâmetros dispostos na IN ME nº 73/2020.**
- 14.3. **Devido às características da contratação e com base no caput do Art. 62 da Lei 8.666/93 o instrumento a ser utilizado para formalização desta aquisição será a nota de empenho de despesa, por não resultar em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.**
- 15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 9513. A Natureza da Despesa, Sub-elemento Despesa, Plano Interno (PI), Fonte do recurso e Programa Trabalho constarão nos autos do processo em certidão de disponibilidade orçamentária expedida pela PROPLAN/UFVJM.

Diamantina, 19 de Novembro de 2020.

LUCIO OTAVIO NUNES  
Técnico de Laboratório

ABRAÃO JOSE SILVA VIANA  
Técnico de Laboratório

ENILSON DE BARROS SILVA  
Professor Titular

RAMON ROCHA LEITE  
Analista de Tecnologia da Informação

**OBJETO:** Aquisição de materiais laboratoriais e químicos para atender a demanda da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e baterias para atender a demanda da Diretoria de Tecnologia da Informação da UFVJM.

### 1 – Informações Básicas:

**Número processo:** 23086.012134/2020-28

### 2 – Descrição da necessidade da contratação:

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, possui um grande número de programas de pós-graduação que possuem atividade de pesquisa nos vários campi da UFVJM. Atualmente na estrutura da pós-graduação da universidade são ofertados 49 (quarenta e nove) cursos presenciais, 05 (cinco) cursos na modalidade à distância, 08 (oito) programas de doutorado, 15 (quinze) programas de mestrado acadêmico e 08 (oito) programa de mestrado profissional. Essa estrutura de pesquisa, que envolve pesquisadores de várias áreas do conhecimento, demanda uma diversidade de materiais de consumo que subsidiam o andamento e continuidade de pesquisas, projetos e atividades praticas curriculares da PósGraduação. Especificamente, os materiais de consumo químico e materiais de laboratório como vidrarias são de ampla necessidade para manter em funcionamento esse complexo sistema que envolve a Pós-Graduação.

Dessa maneira, vale salientar que a ausência desses materiais culminaria em prejuízos que podem comprometer o pleno funcionamento de diversos programas de Pós-Graduação da UFVJM. Atualmente a universidade possui muitos laboratórios de Pós-Graduação que fornecem suporte a pesquisas realizadas na UFVJM. A pós-graduação forma periodicamente um grande quantitativo de profissionais mestres e doutores que estão aptos ao trabalho e podem colaborar com o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Tal solicitação apresentada nesse processo se fundamenta justamente na necessidade de manutenção e conclusão de pesquisas em andamento na universidade. Com isso, a aquisição dos materiais químicos solicitados tem como objetivo suprir a demanda de pesquisa e Pós-graduação da UFVJM. Os materiais serão utilizados por vários programas de Pós-Graduação e fornecerão meios para proporcionar o desenvolvimento de um ambiente universitário que busca a construção do conhecimento e o desenvolvimento tecnológico e científico.

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) possui uma infraestrutura de TI que busca garantir alto desempenho e disponibilidade dos sistemas e dados nela hospedados. Trata-se de uma estrutura de equipamentos com considerável poder de processamento e capacidade de armazenamento, projetada inclusive para tolerar falhas em seus componentes sem que fiquem inoperantes e o serviço seja interrompido, mantendo-se, portanto, disponíveis os diversos sistemas e serviços. O Data Center da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) localizado no Campus JK abriga a infraestrutura física de TI indispensável para prover inúmeros serviços à comunidade acadêmica da UFVJM. São serviços de rede, armazenamento (storage), backup e replicação de dados, wireless, telefonia, sistemas e serviços como e-Campus, Sistema Eletrônico de Informações (SEI), Moodle (EAD), sistema de abertura de chamados (glpi) e Ensino Remoto Emergencial), portal UFVJM, além da provisão de acesso a inúmeros sistemas de órgãos governamentais. A UFVJM tem sofrido no Campus JK com constantes falhas e oscilações em sua rede elétrica, especialmente em tempo de chuvas. Ademais, são frequentes as manutenções na rede elétrica no entorno da cidade de Diamantina que a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) executa, que por vezes se faz necessário a interrupção no fornecimento de energia. A norma NBR-ISO 27002/2013, que versa sobre os códigos e práticas para controle de segurança da informação, define em sua seção 11.2 as diretrizes a serem observadas para impedir o comprometimento dos ativos e, dentre outras ocorrências, a interrupção das operações da organização, no caso concreto em questão da UFVJM. Por ativos pode-se entender tudo o que possua valor para a organização, desde equipamentos até os próprios dados que a UFVJM produza e/ou utilize. Mais especificamente nas subseções 11.2.1 e 11.2.2, a norma traz as diretrizes para manutenção das utilidades de data center, como suprimento de energia elétrica, água e ar-condicionado. Entre as recomendações consta que os equipamentos sejam protegidos contra falhas de energia elétrica e outras interrupções, bem como que sejam adotados controles para minimizar o risco de ameaças físicas potenciais e ambientais. A existência de sistemas de energia ininterrupta é indispensável para assegurar o cumprimento de tais orientações. Responsáveis pela garantia do fornecimento ininterrupto de energia para o data center, os nobreaks utilizados estão com as baterias esgotadas, com mais de 5 anos de uso, tempo máximo recomendado para troca. Isso tem ocasionado desligamentos abruptos dos equipamentos na menor ocorrência de falha de energia, oque causa indisponibilidade dos sistemas e serviços. A DTI dispõe ao todo de 3 Data Centers, sendo 2 no campus JK e 1 no campus avançado do Mucuri. Os diferentes nobreaks utilizam dois modelos de baterias, sendo um modelo as baterias de 09AH 12V e o outro modelos 17AH 12 V. São 4 nobreaks marca SMS de 10 kVA, 2 nobreaks SMS 20 kVA, 2 nobreaks RTA 20 kVA e 2 2 nobreaks Engetron 40 kVA. Por esse motivo, faz-se necessária a aquisição de novas baterias para se efetivar a substituição dos bancos de baterias dos nobreaks de que a DTI dispõe.

### 3. Área requisitante

### Responsável

**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação:** RAFAEL ALESSANDRO DE MATOS ANDRADE, LUCIO OTÁVIO NUNES, ENILSON DE BARROS SILVA, MURILO XAVIER OLIVEIRA, LEONARDO GUIMARAES LESSA, PAULO DE SOUZA COSTA SOBRINHO, LÍLIAN DE ARAÚJO PANTOJA, LEONARDO DA SILVA FONSECA.

**Diretoria de Tecnologia da Informação:** RAMON ROCHA LEITE.

### 4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



Os materiais referentes a esta contratação deverão ser entregues pelo fornecedor, de acordo com as especificações definidas em edital, sendo que o fornecedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues, bem como deverá fornecer materiais novos, de primeiro uso, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e aceitação no mercado. Para os critérios de sustentabilidade devem ser considerados os produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível.

## 5. Levantamento de Mercado

Os bens a serem adquiridos enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado. Para este tipo de aquisição existe um número razoável de fornecedores disponíveis no mercado. As possibilidades para aquisição dos materiais são: pregão eletrônico em sua forma tradicional, pregão eletrônico por sistema de registro de preços, dispensa, inexigibilidade e adesão. Pregão eletrônico por sistema de registro de preços não se aplica, uma vez que os bens a serem adquiridos não se enquadram nas hipóteses previstas no Art. 3º e seus incisos, do Decreto 7892/13. Dispensa foi descartada uma vez que o item que se pretende adquirir não se aplica aos casos de dispensa de licitação previstos no art. 24 da Lei nº 8666/93. É inexigível a licitação quando há inviabilidade de competição, conforme art. 25 da Lei nº 8666/93, sendo assim essa opção foi desconsiderada, uma vez que os itens são encontrados no mercado, portanto a inviabilidade de competição não se aplica. Considerando que os itens que se pretende adquirir, apesar de comuns, possuem certa especificidade, a adesão foi descartada, pois na pesquisa de preço que foi realizada não há licitação vigente com os itens a serem licitados. A escolha adequada para realizar a contratação dos itens foi o Pregão Eletrônico em sua forma Tradicional, tendo em vista que os bens a serem adquiridos não se enquadram nas hipóteses previstas no Art. 3º e seus incisos, do Decreto nº 7892/13.

## 6. Descrição da solução como um todo

As aquisições da instituição em atendimento ao dispositivo legal, são realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Portanto, a aquisição dos itens necessários para atender nossa demanda deverá ser realizada respeitando estes preceitos. Devido às características da contratação, por se tratar de itens de consumo não há necessidade de manutenção e de assistência técnica.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades dos itens a serem adquiridos foi realizada pelos requisitantes (que podem ser identificados no item 3 desse ETP) de acordo com previsão no Plano Anual de Contratações - PAC. Atualmente na UFVJM há 08 (oito) programas de doutorado, 15 (quinze) programas de mestrado acadêmico e 08 (oito) programa de mestrado profissional, totalizando 959 discentes. **Para os itens de 1 a 29 e 32** os requisitantes consideraram o consumo de aquisições anteriores e a previsão de consumo no ano vigente para não prejudicar o andamento das pesquisas que necessitam dos materiais.

Para os itens 30 e 31 que são baterias destinadas aos nobreaks da UFVJM, cabe ressaltar que nunca foram substituídas e se encontram ao fim de sua vida útil. Este levantamento foi realizado pela equipe de Manutenção Eletrônica da UFVJM em atendimento a solicitação da Diretoria de Tecnologia da Informação através das requisições de serviços internos n: 280694 287306.

### Estimativa quantidade para o item 30:

A substituição será no banco de baterias de 4 nobreaks SMS 10 kva localizados no Data Center/DTI e Data Center de Replicação/ICT. Cada Nobreak utiliza 16 baterias de 17Ah, totalizando 64 baterias.

Há também a necessidade de trocar as baterias de 2 nobreaks SMS 20 Kva (localizados um no Data Center/DTI-Diamantina e um no Data Center/DTI-Teófilo Otoni). Cada Nobreak utiliza 32 baterias de 17Ah, totalizando 64 baterias.

### Totalizando assim 128 baterias de 17AH.

### Estimativa quantidade para o item 31:

A substituição será no banco de baterias do nobreak Engetron 40 kVA (data center principal - circuito QDC-C localizado no DTI), que utiliza 128 baterias de 09AH 12V.

Substituição das baterias do nobreak RTA de 20 kVA (Data Center D Campus I), sendo necessário 60 baterias de 09AH 12V.

Substituição das baterias em 32 nobreaks (são utilizadas 2 baterias em cada nobreak) que atendem aos Racks de Telecomunicações, localizados nos prédios DTI (4 nobreaks), ICT (4 nobreaks), Agronomia (4 nobreaks), Fisioterapia (4 nobreaks), DCB/DCBio (4 nobreaks), FIH (4 nobreaks) e Reitoria (8 nobreaks), totalizando 64 baterias.

### No total serão 252 baterias de 09AH 12V.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Como método para estimar os valores para a referida contratação, os requisitantes realizaram pesquisa de preços, demonstrando o valor estimado da contratação, bem como as memórias de cálculo e a metodologia (média) utilizada para obtenção dos preços de referência. As pesquisas de preços foram realizadas obedecendo as disposições da IN SEDGGD/ME nº 73/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme transcrito abaixo:

*Art. 5ª A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*

*I - Paineis de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprescos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;*

*II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;*

*III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sites eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou*

*IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.*

*§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.*

*Art. 6ª Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5ª, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.*

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

No processo licitatório, a adjudicação se dará por item, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993 e da Súmula/TCU 247, a saber:

*Art. 23: [...] § 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. [...]*

*Súmula nº 247 TCU - É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. Dessa forma, será realizada licitação para aquisição dos materiais hospitalares e odontológicos para atender as necessidades da UFVJM dividida pelo tipo de material, em conformidade com o § 5º do art. 7º da Lei 8.666/93.*

No entanto, a adjudicação se dará por itens, não havendo ofensa à Súmula 247 do TCU.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica a esta contratação.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação do serviço encontra respaldo institucional conforme previsão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação da UFVJM (PDTI 2016-2017), no qual consta, entre outras necessidades, "Atualizar, ampliar e manter a infraestrutura dos data centers" e O Plano de Desenvolvimento Institucional PDI (2017-2021), o qual prevê no item 2.10 e subitem "metas": "Manutenção da excelência dos programas de mestrado. Incentivar os programas de Pós-graduação na contínua melhoria de qualidade, com vistas à consolidação e ampliação dos cursos de doutorado." Observando as diretrizes da IN nº 1, de 10 de Janeiro de 2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, os itens e quantidades que se pretende adquirir foram previstos no PAC/2020, de acordo com o disposto no seu art. 5º, alínea I a IX. Os números correspondentes aos itens previstos no PAC constarão no Termo de referência.

## 12. Resultados Pretendidos

A manutenção das pesquisas e suporte a aulas práticas da Pós-graduação e consequentemente o desenvolvimento científico e tecnológico regional e nacional são o maior benefício observado na aquisição desses materiais. É de grande importância o fato de que a

Pós-graduação oferece oportunidade ao estudante o acesso ao conhecimento de fronteira, contato com novas metodologias experimentais e uso do conhecimento teórico. Com isso os estudantes terão maiores chances de inserção no mercado de trabalho e uma grande vivência profissional, sendo esse um dos objetivos de uma instituição de ensino superior. De maneira geral também é importante salientar a contribuição que a pesquisa traz aos estudantes em um mundo cada vez mais complexo em que o conhecimento é uma valiosa ferramenta. Com isso a aquisição de materiais químicos tem o objetivo direto de contribuir com a manutenção da Pós-Graduação, proporcionar condições para que a pesquisa seja realizada na UFVJM e contribuir com o desenvolvimento regional e nacional. É o principal benefício direto que a aquisição desses materiais proporcionará à comunidade acadêmica, uma vez que somente este tipo de aula oportuniza aos estudantes o contato com as metodologias experimentais, permitindo a aplicação do conhecimento teórico. Ademais, a vivência prática dos conhecimentos adquiridos proporciona aos estudantes maiores chances de inserção no mercado de trabalho. Um dos objetivos de uma instituição de ensino superior é o de oferecer aos cursos ofertados condições de possibilitar aos estudantes a construção de uma sólida base de conhecimentos e o desenvolvimento de competências cognitivas necessárias ao enfrentamento dos novos desafios do mundo atual, formando profissionais capazes de contribuir no desenvolvimento municipal, regional e nacional. Como benefícios indiretos é possível mencionar, dentre outros, impactos positivos que esta aquisição será capaz de produzir, como o incentivo implícito dado aos estudantes, já que terão condições estruturais para exercitar o raciocínio, testar experimentos, solucionar problemas e desenvolverem suas atividades. Além de oferecer aos docentes e técnicos um ambiente favorável de trabalho para que as futuras pesquisas e as que estão em andamento gerem resultados e possam ser avaliados com precisão. Entre os benefícios a serem alcançados com tal medida, pode-se destacar: - prover a infraestrutura e outros recursos necessários ao funcionamento dos serviços de Tecnologia da Informação, adequados às atividades finalísticas da UFVJM; - permitir que o acesso aos sistemas seja realizado em alto desempenho e disponibilidade, garantindo a qualidade dos serviços prestados; - assegurar que os diversos processos não sejam prejudicados em razão indisponibilidade e, ou lentidão do sistema, por exemplo, processos seletivos, licitatórios, matrículas e assistência estudantil. - atualizar, ampliar e manter a infraestrutura dos data center. Portanto, espera-se, com a substituição das baterias dos nobreaks, assegurar o correto funcionamento dos equipamentos e diversos sistemas de que a Universidade dispõe e são utilizados por toda a comunidade acadêmica, sobretudo no período de teletrabalho e ensino remoto emergencial (ERE) tais como: Sistema Eletrônico de Informações (SEI), E-campus, portal da UFVJM, Moodle, Pergamum, Eduroam, Fone@RNP e Webmail. Também há sistemas governamentais que precisam ser acessados para pagamentos de bolsas, salários e fornecedores, além do sistema de autenticação para utilização do pacote Google G Suíte e Web Conferência RNP, empregado no ensino remoto emergencial e nas atividades de teletrabalho.

### 13. Providências a serem Adotadas

Devido às características da contratação e com base no caput dos arts. 57 e 60 da Lei 8.666/93 o instrumento a ser utilizado para formalização desta aquisição será o contrato, cuja minuta constará no edital do certame, conforme art. 62, § 1º, da Lei 8.666/93. Os bens deverão ser entregues com, no mínimo 80% do prazo de validade estabelecido na embalagem. Não se aplica capacitação dos servidores e adequação do ambiente.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

Os resíduos dos materiais serão segregados com identificação em cada embalagem e acondicionados em local adequado, Assessoria de Meio Ambiente da UFVJM é responsável pela gestão dos resíduos e pela destinação ambientalmente adequada. Os resíduos caracterizados como lixo comum são recolhidos pela Prefeitura Municipal.

Para os itens do tipo bateria ou pilha (itens 30, 31 e 32) é necessário prover a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente. As baterias que serão substituídas pelas novas a serem adquiridas terão sua destinação ambientalmente adequada. Deverão ser acondicionados em recipiente e local adequados e posteriormente recolhidos pela empresa contratada pela UFVJM que faz o descarte correto destes resíduos, sob a gestão da Assessoria de Meio Ambiente da UFVJM.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

(X) É VIÁVEL a presente contratação.

( ) NÃO É VIÁVEL a presente contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Em razão do estudo realizado, esta contratação demonstra-se como viável e imprescindível ao atendimento das demandas dos órgãos.

### 16. Responsáveis

LUCIO OTAVIO NUNES  
Técnico de Laboratório

ABRAÃO JOSE SILVA VIANA

Técnico de Laboratório

ENILSON DE BARROS SILVA

Professor Titular

RAMON ROCHA LEITE

Analista de Tecnologia da Informação

## ANEXO I - MAPA DE PREÇOS

MAPA DE PREÇOS									
ITEM	PAC	CATMAT	DESCRIÇÃO	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	PREÇO 4	MÉDIA	CNPJ
1	6094	392725	GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR 4,00, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7.	345,00	328,00	338,00		337,00	14.735.058/0001-98 23.998.925/0002-50 37.536.540/0001-02
2	6095	434019	ANTICORPO SECUNDÁRIO UNIVERSAL. KIT DE DETECÇÃO DE POLÍMERO HRP (HORSE RADISH PEROXIDASE). DEVE REAGIR COM ANTICORPO PRIMÁRIO DE RATO, CAMUNDONGO OU COELHO. DEVE REVELAR ANTÍGENOS QUE REAGIRAM COM O ANTICORPO PRIMÁRIO EM AMOSTRA DE CÉLULAS. DEVE REAGIR COM CROMÓGENO AEC. UTILIZADO PARA A IDENTIFICAÇÃO QUALITATIVA DE ANTÍGENOS ATRAVÉS DE MICROSCOPIA ÓPTICA E IMUNO-HISTOQUÍMICA EM TECIDOS IMPREGNADOS EM PARAFINA, TECIDOS EM CRIOSTATO OU PREPARAÇÕES CELULARES. PODEM SER UTILIZADOS TECIDOS PROCESSADOS EM DIVERSOS AGENTES DE FIXAÇÃO, COMO O ETANOL, B-5, FIXADOR DE BOUIN, FORMOL DE ZINCO E FORMOL NEUTRO TAMPONADO.	6220,00	4340,00	5650,00		5403,33	52.201.456/0001-13 01.547.208/0001-98 23.361.404/0001-06
3	6096	290267	CHÁ VERDE, SABOR NATURAL, DE 1ª QUALIDADE, EMBALADO EM CAIXA COM 15 SAQUINHOS INDIVIDUAIS, COM PESO LÍQUIDO TOTAL DE 24G, DEVENDO CONSTAR DAS EMBALAGENS DE FORMA LEGÍVEL, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, BEM COMO O NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	5,15	5,98	5,80		5,64	35.146.659/0001-35 02.923.428/0001-31 25.465.351/0001-07
4	6097	385617	TETRAZÓLIO, ASPECTO FÍSICO PÓ AMARELO ALARANJADO, PESO MOLECULAR 414,32, FÓRMULA QUÍMICA C18H16N5SBR (SAL BROMETO), GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 98%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 298-93-1. FRASCO CONTENDO 30 GRAMAS.	600,00	645,00	568,48		604,49	63.067.904/0005-88 25.932.088/0001-00 28.550.363/0001-10
5	6098	364983	DAB SUBSTRATO - CROMÓGENO (PEROXIDASE HORSE RADISH). ESPECIFICAÇÕES: O CROMÓGENO LÍQUIDO DAB IRÁ PRODUZIR UMA COLORAÇÃO MARROM, DEVIDO A REAÇÃO COM A PEROXIDASE DO ANTÍGENO ALVO, QUANDO UTILIZADO EM COLORAÇÃO DE IMUNO HISTOQUÍMICA. O DAB É LARGAMENTE UTILIZADO NA COLORAÇÃO DE IMUNO HISTOQUÍMICA, DEVIDO A SUA ESTABILIDADE, PERMANÊNCIA NA COLORAÇÃO E FACILIDADE DE VISUALIZAÇÃO E USO. PARA APLICAÇÕES EM IMUNOHISTOQUÍMICA. CONTEUDO: 1. CROMÓGENO (REAGENTE 1) 2. TAMPAO SUBSTRATO DAB (REAGENTE 2)	2000,00	2000,00	1938,34		1979,45	07.440.995/0001-50 13.224.500/0001-59 10.824.101/0001-30
6	6099	376047	MEIO DE CULTURA, TIPO: CALDO LURIA BERTANI MILLER, ASPECTO FÍSICO: PÓ. FRASCO COM 500 GRAMAS.	546,85	499,00	300,00		448,62	19.108.211/0001-70 27.309.879/0001-0404.345.762/0001-80
7	6100	408696	PONTEIRA EM POLIPROPILENO PARA MICROPIPETA, VOLUME DE ATÉ 10 UL, PERFIL	110,00	120,00	122,80	129,00	120,45	29.869.795/0001-50 04.919.019/0001-97

			CURTA, LIVRE DE DNASE, RNASES E PIROGÊNICOS. EMBALAGEM COM 1000 UNIDADES					21.895.553/0001-20 08.845.041/0001-90
8	6101	422362	PLACA DE MICROTITULAÇÃO DE 96 POÇOS, FUNDO REDONDO OU EM 'U', COM TAMPA, ESTÉRIL, APIROGÊNICA/ LIVRE DE ENDOTOXINA, NÃO CITOTÓXICA, LIVRE DE DNASE/RNASE/DNA.	8,50	5,89	6,35	6,91	16.888.315/0001-57 27.309.879/0001-04 19.026.964/0001-37
9	6102	452837	PONTEIRA PARA MICROPIPETA EM POLIPORPILENO, VOLUME DE 10-100 UL, COM FILTRO, CAPACIDADE ATÉ 100 UL, LIVRE DE DNASE, RNASES E PIROGÊNICOS. EMBALAGEM COM 1000 UNIDADES.	412,32	395,26	420,00	409,19	12.655.453/0001-35 67.774.679/0001-47 30.645.136/0001-10
10	6103	424761	CAIXA EM POLIPROPILENO PARA PONTEIRAS COM FILTRO DE ATÉ 100 UL DE VOLUME, TAMPA COM DOBRADIÇA. UNIDADE.	20,01	17,55	20,94	19,50	12.655.453/0001-35 27.309.879/0001-04 21.895.553/0001-20
11	6104	410801	PLACA 96 POÇOS PRA PCR, EM POLIPROPILENO (PP), FUNDO EM "V", ADICIONAL: COM MEIA BORDA; LIVRE DE DNASE, RNASE, PIROGÊNIOS, CORANTES E METAIS PESADOS. PACOTE COM 10 UNIDADES	290,00	418,00	320,00	342,67	27.309.879/0001-04 16.888.315/0001-57 05.009.232/0001-24
12	6105	397085	ÁGAR AGAR PURÍSSIMO. FRASCO COM 500G	190,00	180,00	148,00	172,67	10.824.101/0001-30 10.698.323/0001-54 09.134.068/0001-38
13	6106	348685	TARTARATO DUPLO DE SÓDIO E POTÁSSIO PA. FRASCO DE 500G	27,00	29,99	37,70	31,56	29.928.032/0001-33 30.420.630/0001-86 07.056.011/0001-32
14	6107	345906	ÁCIDO ACÉTICO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO LÍMPIDO TRANSPARENTE, PESO MOLECULAR 60,05, FÓRMULA QUÍMICA C <sub>2</sub> H <sub>4</sub> O <sub>2</sub> , GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99,7%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GLACIAL, REAGENTE P.A.-ACS-ISO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 64-19-7. FRASCO CONTENDO 1 LITRO. MATERIAL CONTROLADO PELA POLÍCIA FEDERAL. NCM: 29152100	22,50	25,70	22,50	23,57	04.345.762/0001-80 24.173.779/0001-05 11.227.424/0001-00
15	6108	441763	COMPOSTO QUÍMICO, COMPOSIÇÃO ALGINATO DE SÓDIO, APRESENTAÇÃO PÓ, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 9005-38-3. FRASCO COM 500 GRAMAS.	100,00	102,00	130,00	110,67	21.263.301/0001-88 01.915.071/0002-68 11.227.424/0001-00
16	6109	302230	EXTRATO DE LEVEDURA, COMPOSIÇÃO CÉLULA VARIEDADE SACCHAROMYCES CEREVISIAE BAYANUS, ASPECTO FÍSICO PÓ GRANULADO, COR CREME, APLICAÇÃO FERMENTAÇÃO DE ESPUMANTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SECA ATIVA, EMBALADA A VÁCUO. FRASCO COM 500 GRAMAS.	128,60	89,10	101,50	106,40	15.562.934/0001-94 10.732.150/0001-43 06.105.570/0001-22
17	6110	348073	CARVÃO ATIVADO, ASPECTO FÍSICO: PÓ PRETO, INODORO, PESO MOLECULAR: 12,01 G/MOL, FÓRMULA QUÍMICA: C, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 90%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7440-44-0	23,63	26,40	25,08	25,04	31.765.131/0001-93 22.569.484/0001-27 04.716.525/0001-89
18	6111	347290	ÁCIDO SULFÚRICO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR, FUMEGANTE, VISCOSO, CRISTALINO, FÓRMULA QUÍMICA: H <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> , MASSA MOLECULAR: 98,09 G/MOL, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7664-93-9. FRASCO 1 LITRO	39,43	35,40	35,47	36,77	33.069.212/0008-50 04.855.570/0001-14 29.928.032/0001-33
19	6112	390766	ÁLCOOL COMUM HIDRATADO, PARA LIMPEZA EM GERAL, ÁLCOOL ETÍLICO 92,8 GRAUS INPM 1000ML - USO GERAL.	5,89	7,93	5,08	6,30	22.652.688/0001-27 28.039.635/0001-11 04.605.448/0001-90
20	6113	360267	ÁCIDO 3,5 -DINITROSALICÍLICO - ASPECTO FÍSICO: PÓ BRANCO A AMARELO ESVERDEADO, INODORO, PESO MOLECULAR: 228,12 G/MOL, FÓRMULA QUÍMICA: C <sub>7</sub> H <sub>4</sub> N <sub>2</sub> O <sub>7</sub> , GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 98%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 609-99-4. FRASCO CONTENDO 100 GRAMAS.	270,00	234,00	250,00	251,33	71.443.667/0001-07 29.928.032/0001-33 18.335.040/0001-50
21	6114	326351	MEIO DE CULTURA, TIPO ÁGAR EMB LEVINE (EOSINA AZUL DE METILENO), APRESENTAÇÃO PÓ.	243,00	246,00	304,00	264,33	13.440.815/0001-33 22.061.682/0001-85

			FRASCO COM 500 GRAMAS					11.227.424/0001-00
22	6115	397085	VIOLET RED BILE GLUCOSE AGAR, FRASCO COM 500G	310,00	378,40	549,82	412,74	33.069.212/0008-50 14.804.690/0001-46 53.276.010/0001-10
23	6116	328135	AGAROSE, ASPECTO FÍSICO PÓ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LIVRE DE DNASE E RNASE, RESISTÊNCIA MAIOR OU IGUAL A 1200 G/CM² (GEL A 1%). FRASCO CONTENDO 100 GRAMAS	578,00	324,91	480,00	460,97	30.645.136/0001-10 04.345.762/0001-80 68.337.658/0001-27
24	6117	427658	LÂMPADA DE CATODO-OCO PARA AA, 2 PINOS, 37 MM, NÃO CODIFICADA; MULTIELEMENTOS: CA E MG	2200,00	3327,75	3600,00	3042,58	19.623.162/0001-04 28.545.344/0001-03 96.221.486/0001-67
25	6118	415870	LÂMPADA DE CATODO-OCO PARA AA, 2 PINOS, 37 MM, NÃO CODIFICADA; MULTIELEMENTOS: ZN/CU/FE/MN	2606,00	3200,00	4242,08	3349,36	96.221.486/0001-67 19.623.162/0001-04 28.545.344/0001-03
26	6119	406322	FITA BORDA, MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR: BRANCA, LARGURA: 22 MM, ESPESSURA: 1 MM, APLICAÇÃO: ACABAMENTO MÓVEIS, COMPRIMENTO: 50 M.	24,65	22,25	18,98	21,96	07.062.174/0001-28 31.139.508/0001-07 11.513.751/0001-28
27	6120	354354	FILME PLÁSTICO, TIPO: ULTRA VIOLETA, TRANSPARENTE, ESPESSURA: 150 MICRA, LARGURA: 10 M, APLICAÇÃO: CONFECÇÃO DE ESTUFA AGRÍCOLA. ROLO DE 60 METROS	2474,70	2041,65	1608,54	2041,63	64.585.755/0001-88 26.304.855/0001-08 31.940.799/0001-20
28	6121	290372	PLACA MADEIRA, TIPO: MDF, COMPRIMENTO: 2,75 M, LARGURA: 1,83 M, ESPESSURA: 15 MM, ACABAMENTO SUPERFICIAL: REVESTIMENTO EM LAMINADO MELAMINICO, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REVESTIDO EM DUAS FACES, SEM BORDAS.	174,50	163,33	173,84	170,56	23.859.606/0001-82 33.844.678/0001-00 10.949.656/0001-09
29	6122	456198	PADRÃO REFERÊNCIA, TIPO 2: AFLATOXINA M1, APRESENTAÇÃO 2: EM ACETONITRILA, CONCENTRAÇÃO 2: 10 MCG/ML, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA 1: CAS 6795-23-9. UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA DE 1ML;	1491,35	1326,70		1409,03	09.091.056/0001-73 67.272.757/0001-05
30	937	131393	BATERIA CHUMBO ÁCIDA ESTACIONÁRIA SELADA PARA NO-BREAK, TIPO BATERIAS VRLA (REGULADA POR VÁLVULA), TENSÃO NOMINAL DE 12V E CAPACIDADE NOMINAL DE 17AH. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 7,3 X 17,7 X 16,6 CM. CONTAINER: MATERIAL ABS (UL 94-HB) COM RESISTÊNCIA À FLAMABILIDADE (UL94-V0) - TERMINAL: B1/B3-L - TENSÃO DE TRABALHO: 12 VDC (80 W) - QUANTIDADE DE CÉLULAS: 6 - CAPACIDADE DE CORRENTE: 17 AH COM TAXA DE 20 HORAS PARA 1,75 V POR CÉLULA EM 25°C - CORRENTE MÁXIMA DE DESCARGA: 230 A (POR 5 SEGUNDOS) - FLUTUAÇÃO DA TENSÃO DE CARGA: 13,5 ~ 13,8 VDC EM 25 ° C - EQUALIZAÇÃO E CICLO DE SERVIÇO: 14,4 ATÉ 15,0 VDC EM 25 ° C - AUTO DESCARGA: 6 MESES EM 25 ° C - RESISTÊNCIA INTERNA (APROXIMADA): 16 MΩ - CORRENTE MÁXIMA DE CARGA: 5.1 A. PESO APROXIMADO: 5.5 KG. MODELO REFERÊNCIA: CSB GP12170. GARANTIA: 12 MESES.	240,00	294,61	319,00	284,54	68.993.641/0010-19 52.618.139/0030-31 40.778.920/0001-50
31	937	131393	BATERIA CHUMBO áCIDA ESTACIONÁRIA SELADA PARA NO-BREAK, TIPO TIPO BATERIAS VRLA (REGULADA POR VÁLVULA), TENSÃO NOMINAL DE 12 V E CAPACIDADE NOMINAL DE 09 AH. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 100X65X151MM (A X L X P). PESO APROXIMADO: 2,6 KG. CORRENTE Máxima DE CARGA: 2.7 A. RESISTÊNCIA INTERNA (APROXIMADA): ATÉ 22 MΩ A 25°C E TOTALMENTE CARREGADA. DURAÇÃO DA CARGA: 20 HORAS (0.45A,10.5V). MODELO REFERÊNCIA: MHB MS9-12	98,00	90,00	91,67	93,22	13.303.289/0001-60 27.414.128/0001-58 07.589.288/0001-20
32	6533	231786	PILHA ALCALINA AA (PEQUENA), CARTELA COM 2 UNIDADES.	5,31	5,50	5,63	5,48	29.936.551/0001-43 10.925.677/0001-94 08.395.467/0001-90



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio Otávio Nunes, Servidor**, em 19/11/2020, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Enilson de Barros Silva, Vice-Coordenador(a)**, em 19/11/2020, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Carvalho Leal, Chefe de Divisão**, em 19/11/2020, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Abraao Jose Silva Viana, Servidor**, em 19/11/2020, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0220838** e o código CRC **A1AB20C5**.